

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS**

**Severina Ferreira de Lima<sup>1</sup>**  
**Jaciane Gomes Sousa de Lima Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>SEDUC-PE - sevylima49@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pernambuco - jaci.ceci@gmail.com

### **Introdução**

Este trabalho é um recorte de um estudo bibliográfico que trata sobre a importância da participação, na gestão democrática, dos diversos atores educativos na tomada de decisões, e no desenvolvimento e efetivação do trabalho pedagógico da escola pública.

Toda ação pedagógica consiste no processo de participação, consequentemente a gestão do ensino também deve ser participativa, constituindo-se em direito fundamental dos estudantes da escola pública. Neste contexto, a educação é denúncia e também anúncio (FREIRE, 1982). Denúncia da estrutura injusta e anúncio da possibilidade de uma sociedade mais justa para todos. Ainda continuando o pensamento de Freire, a educação para a conscientização do estudante deve levá-lo a ser construtor da sua história e não apenas partícipe.

Para tanto, é necessário que a ação pedagógica da escola consista num processo de participação e, por consequência, a gestão escolar seja também participativa, caracterizando assim a gestão democrática, pois quando a escola não possibilita o engajamento construtivo de todos os seus segmentos, está se opondo à democracia.

Uma democracia é uma comunidade inclusiva, ou seja, procura fazer as pessoas tomarem parte do processo, reconhece a diversidade entre seus membros e abre a porta à participação, fazendo estas pessoas sentirem-se parte desta comunidade. Estas possibilidades participativas na escola só se concretizará, se esta detiver certa autonomia representada pelo seu Projeto Político Pedagógico (doravante PPP) e também se a comunidade escolar estiver realmente interessada e comprometida politicamente com este novo viés das relações pedagógicas, incluindo todos da administração escolar à sala de aula.

Nesse sentido, Veiga (2002) afirma que

(...) o projeto político-pedagógico está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nessa caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico e conquista da autonomia da escola. (VEIGA, 2002, p.14)

Diante do atual contexto social, não é por acaso que a autonomia da escola passa a ser uma questão primordial para as políticas públicas de educação. Captar e apreender as causas que estão motivando o deslocamento das decisões, até então centralizadas nas hierarquias para o lócus da escola é fundamental, porque do uso correto que a escola faça da capacidade de sua autonomia, tanto melhor serão os resultados para todos os envolvidos no processo escolar.

Mesmo diante dessa possibilidade, observa-se que a escola pública não dispõe de uma autonomia absoluta, apesar do discurso oficial afirmar que através da descentralização das ações, cabe à escola a autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Uma análise sobre tal perspectiva indica que há graus diferentes de autonomia e que há definições mais amplas que conduzem o sistema educacional.

Face à realidade das escolas públicas, observa-se que a democracia, na maioria das vezes, tem se mostrado um processo conflituoso e que seu alcance não se dá através de leis e regulamentos, ou seja, não basta que se institucionalize a gestão democrática, para que a partir daí a escola passe a operar de forma efetiva a sua autonomia, considerando que a cultura do mundo, da hierarquia, do individualismo existentes nas estruturas organizacionais, também é presença na escola.

Criar uma cultura democrática e exercê-la é condição essencial para o funcionamento de uma escola democrática. Vale ainda salientar que a implementação de uma cultura democrática de gestão escolar, implica encontrar formas para concretizar de maneira satisfatória os serviços que a comunidade espera da escola pública, principalmente a oferta de uma educação de qualidade se constitui avanço e também um desafio para a gestão democrática na rede pública de ensino.

## **Metodologia**

Este estudo tem um caráter essencialmente bibliográfico e interpretativo, buscando fornecer uma compreensão a respeito da relevância da participação dos diversos atores educativos na gestão democrática, na tomada de decisões, e no desenvolvimento e efetivação do trabalho pedagógico da escola pública.

A seguir, apresentaremos algumas reflexões a partir do levantamento e leitura dos textos já realizados.

## **Gestão democrática: O PPP como contribuição ao processo de descentralização da escola**

Embora saibamos que a escola não é o único espaço que possibilita a mudança social de forma efetiva, entendemos que ela se constitui num espaço fundamental para o acesso ao conhecimento sistematizado, o qual propiciará a formação do cidadão crítico e participativo. Para tanto, faz-se necessário repensá-la em conjunto com os demais segmentos da sociedade, com a intencionalidade de uma luta coletiva em prol de uma escola de qualidade e com uma gestão democrática.

Assim sendo, é de importância fundamental que a escola se organize de maneira que garanta condições para uma ampla participação de professores, estudantes, funcionários, pais e representantes dos diferentes segmentos sociais da comunidade, todos trabalhando em conjugação de objetivos comuns, num esforço coletivo, delineando as linhas norteadoras da ação educativa na escola.

Nessa perspectiva, o PPP deverá fundamentar-se em pressupostos sociológicos, filosóficos e metodológicos que objetivem a qualidade de vida, a realização humana, e a interação comunidade escola enunciando conceitos de mundo, de sociedade, de homem e de educação. Corroborando tudo isto, Saviani (1995), diz que na medida em que a escola elabora um PPP onde estejam claras concepções de mundo, sociedade, homem e escola, o ato educativo em sala de aula, concretizará as necessidades objetivas do processo educacional.

Portanto, quando nos referimos ao PPP da escola, estamos acentuando as prioridades eleitas pelos que fazem a escola, implicando na clareza que todos devem ter sobre a tarefa básica da escola pública, que é a da construção da cidadania dos que tiveram acesso ao sistema público de ensino, como também identificar a demanda excluída e promover a sua inserção. Tal tarefa requer do corpo docente, equipe gestora e demais integrantes da escola,

saberes específicos, bem como ousadia coletiva, que se traduzirá na prática cotidiana e não apenas encarar esta ação como mera formalidade legal.

Para Gadotti (1995), a descentralização e a autonomia das escolas abrem espaços para a participação e a democratização no sistema público de ensino, constituindo-se numa estratégia explícita da administração escolar e na avaliação permanente do desempenho escolar dos estudantes.

## **A cidadania e o discurso oficial**

Na atualidade a palavra cidadania é um vocábulo que assume status de moda no Brasil, sendo encontrada nos planos e programas oficiais dos governos federal, estadual e municipal e também em todos os discursos políticos, como também na maioria dos trabalhos acadêmicos.

Pelas suas características, a palavra suscita questionamentos vários, dentre eles destacamos que as consequências do modismo da mesma e o distanciamento de sua efetiva realização na vida dos brasileiros socialmente excluídos se faz cada vez mais presente, principalmente no nordeste.

Assim sendo, é no enfrentamento de tais questões que a cidadania assume lugar de destaque nos debates e nas diferentes posturas dos profissionais da educação, uma vez que a formação e o desenvolvimento da cidadania está imbricada na mediação e interrelação dos aspectos materiais e políticos sociais que se originam das implicações de cada momento histórico social. O direito à cidadania deveria ser o direito de todos a uma participação consciente dos bens materiais e culturais gerados pela sociedade, com o objetivo de proporcionar bem estar a todos os cidadãos brasileiros, incluindo o acesso à habitação, alimentação, saúde, lazer e principalmente uma educação pública de qualidade.

Nessa perspectiva exercer a cidadania seria vivenciar uma qualidade de vida que expressasse de fato e de direito, uma condição na qual o homem se desenvolve em direção a sua omnilateralidade e não uma cidadania ajustada às exigências de um sistema social desigual e justificado, muitas vezes, por fundamentos do liberalismo, de que todos são iguais, só que tal premissa fica apenas registrado no texto da lei, pois no contexto rela o que se percebe é o cidadão vitimado pela condição da sua própria classe social.

Conforme Santiago(1 996), a cidadania sedimenta-se na socialização crescente do poder, do saber, da aquisição dos bens materiais e simbólicos produzidos pela sociedade, onde a reivindicação democrática articula consciência com desejo, de mudar valores e princípios dominantes na sociedade, devendo também propor na prática pedagógica da escola a interação da ciência com práticas do cotidiano.

## **Considerações finais**

Esta reflexão, até o momento, resumiu duas importantes dimensões da temática em pauta. A primeira diz respeito a construção da democracia na escola, respaldando-se na justiça social. Para isso além do discurso, é necessário o estímulo à formação de uma consciência sobre a importância da educação básica de qualidade na escola pública.

Nesse sentido, a proposta de educação para todos, meta consignada na Constituição do Brasil (BRASIL, 1989), será um plano voltado para a universalização da educação básica.

Quanto a segunda dimensão, trata-se da concepção de PPP da escola como processo de discussão e ensino. Ele é mais que formalidade, pois representa atitude de reflexão coletiva

permanente, ou seja, é um fazer e refazer da prática pedagógica da escola, locus0, prioritário do saber.

É nesta perspectiva que vão se forjando tanto a cidadania, quanto a democracia, possibilitando relações de participação cidadã da sociedade civil, concorrendo para a instalação de uma sociedade mais justa, solidária e autônoma.

Apesar dos avanços ao longo das décadas, a gestão democrática da escola pública ainda representa limites e desafios a serem superados, pois a escola é um espaço racional de superação dialética. A gestão democrática da escola é uma construção indispensável, é a garantia de uma prática concreta de construção emancipadora da existência das pessoas e da humanidade, as lutas da sociedade decorrentes ao longo das décadas representam avanços na busca da democracia efetiva, os entraves burocráticos e os desafios estão lá na escola. Para minimizá-los e tornar possível a gestão democrática, a escola deverá romper com a cultura de centralização do poder dos gestores, como também os demais segmentos se conscientizarem de que uma escola democrática exige que os educadores e os educandos encarnem os valores inconclusos da modernidade, visto que a democratização da escola e da sociedade nunca está acabada.

Ela é um processo de construção e reconstrução, portanto necessita do engajamento dos seus atores para a instalação de uma cultura democrática e mais participativa na rede pública de ensino, cerne da nossa pesquisa.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**: Uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1995.

SANTIAGO, Maria Eliete. Projeto Pedagógico da Escola: Uma contribuição ao planejamento escolar. **Revista de Administração Educacional**. Ano 1, Vol. 1, Recife, 1996.

SAVIANI, Demerval. Competência política e compromisso técnico. **Educação e Sociedade**. São Paulo, 1995.

VEIGA, Ilma Passos. (org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.